

Associação Brasileira de Antropologia Prêmio Claude Lévi-Strauss – Modalidade B

Universidade de Brasília – Departamento de Antropologia/DAN

(Re)pensando O Abuso Sexual em Contexto Universitário: Afeto, Compartilhamento e a Construção de Fatos.

Mariana Barroso da Costa

Orientador: Prof. Dr. Daniel Schroeter Simião

RESUMO

O presente artigo trata sobre o Abuso Sexual no Contexto Universitário a partir da experiência de um grupo de estudantes da Universidade de Brasília que se mobiliza a partir de um caso de estupro cometido por um estudante do curso. Observando a dinâmica de construção de direitos a partir da reflexão do discurso jurídico e o afeto nesses encontros. O discurso jurídico aqui é compreendido enquanto um conjunto de normas abstratas que são analisados a partir dos limites das suas categorias sobre uma expectativa prática de comportamento normativo. O afeto por sua vez se apresenta por uma inversão, onde as práticas geram transformações sobre categorias, que são fundamentadas a partir do compartilhamento. Dessa forma, reescrevendo fatos e percepções de direitos a partir de experiências subjetivas de reconhecimento de identidades.

1. Introdução

O presente trabalho e minhas primeiras inquietações de campo, não foram resultantes de uma interação, ou das dificuldades ou limitações de uma aproximação, mas teve um caráter muito pessoal e introspectivo, de certa forma. A etnografia quase sempre como exercício de interação e contato promoveu em mim um exercício intenso de auto-observação. Em tantos outros temas esse efeito deve ser inevitável, mas a descrição do “outro” muitas vezes se torna latente em contra-mão da descrição da forma que nos afetamos com aquele tema que escolhemos. Foram muitas reflexões sobre de que forma trazer essas minhas inquietações.

A minha escolha foi de assumir que esse diálogo não está sendo feito para além da minha experiência ou aquém dela, mas sim de forma a ser afetada, dentro da categoria cunhada por FRAVET (2005), onde fiz uma escolha metodológica por me deixar afetar pelas experiências que compartilhei, assegurando a possibilidade de compreendê-las pra além de uma empatia e distante de uma perspectiva de observação participante, o que em muitos casos se assemelha a uma observação que não participa e a uma participação que não observa.

Apresentado esse aspecto, acredito que seja importante sinalizar que esse capítulo se pretende uma apresentação ou descrição breve dessa dimensão do afeto no campo e como ele gerou uma série de questionamentos práticos que redirecionaram o meu campo de forma decisiva. Percurso que me leva a participar do Coletivo Afetadas na Universidade de Brasília, lugar de onde faço a interlocução dessa pesquisa e as análises posteriores apresentadas e estruturadas nos próximos 4 tópicos do presente trabalho.

2. Quando nos afetamos

Já com essas definições elaboradas, minha primeira imersão em campo foi muito anterior a uma definição clara e objetiva de um objeto de pesquisa, existia ali apenas uma intenção de tema. Mas em uma tarde cotidiana na Universidade de Brasília, que frequento há alguns anos como aluna do curso de Ciências Sociais, em uma das minhas janelas de horário, fui ao centro acadêmico, lugar construído em universidade para integração de alunos do mesmo curso, onde além desses encontros, também são construídas pautas e demandas específicas. É importante ressaltar a relevância da existência desse espaço para não só o início dessa trajetória, mas para um contínuo diálogo com os alunos nas ações posteriores. Pois bem, sentada no banco em frente ao Centro Acadêmico, apelidado carinhosamente de CASO, observava uma situação de agitação entre alguns alunos que pareciam um tanto quanto exaltados. Em princípio essa não é uma situação tão incomum, porque diversas discussões desenvolvidas lá têm esse mesmo efeito de exaltação e discussões calorosas. Não sei por que ao certo, mas essa me pareceu diferente.

Como boa curiosa, categoria muito comum aos que praticam anos de um curso que nos treina constantemente para a tal da observação, chamei um dos meus conhecidos que estava envolvido na discussão e questioneei qual era a temática debatida. Imaginando que seria alguma questão política da gestão ou construção de pauta. Mas não. Naquele momento, eu não sabia,

mas minha pesquisa estava mudando de percurso. A partir das próximas informações que eu recebi, sem nem ao menos saber que receberia. Esse meu amigo ainda exaltado, acendendo um cigarro, começou a me contar o caso. O relato ainda um tanto eufórico e agitado me pareceu pouco apurado. Mas o fato é que um dos alunos do nosso curso, muito conhecido pela grande proximidade com outros tantos movimentos sociais, havia estuprado uma estudante. Até o momento, entretanto, só o que ecoava nos meus ouvidos era uma série de questões. Porque exatamente por uma questão de empatia, eu queria saber quem era o alvo da agressão, tudo indicava que era alguém do nosso círculo de convivência. Alguém que pode durante esses anos de curso ter sentado nas mesmas salas que eu ou em mesmas rodas de conversa. Mas mais do que isso podia ser eu, ou qualquer amiga. Entretanto, seu nome era sempre oculto da descrição e a explicação dada como evidente era a sua preservação.

Uma das formas de problematização era exatamente o questionamento de como que podíamos acatar uma *denúncia grave*ⁱ dessas, sem ao menos identificar as pessoas envolvidas. Pode parecer inócuo mencionar o fato da ocultação, mas nesse momento ela foi crucial para como aquela história passou a ser reproduzida e narrada por entre os alunos. Estamos acostumados a um perfil de descrição semelhante a denúncias, onde a individualização e personificação são importantes para a construção de fatos. O inquietante era contar uma história sem vítima, sem a figura que nos gera empatia, afetação. Não por acaso, essa era a principal questão ao final dos relatos intensamente compartilhados naquele dia, “Quem?”. É claro que esse questionamento não se fazia apenas em torno da estudante, mas igualmente sobre o agressor.

E constantemente a identificação do agressor, resultava em tantos e tantos relatos de uma vida pregressa que indicasse a possibilidade dessa conduta. Indícios, sinais, outros casos, abordagens problemáticas em mulheres e etc. O que me parece natural é que o agressor, estuprador ou tantas outras categorias as quais foram usadas para definir uma identidade clara de desvio de conduta, tivesse constantemente sua identidade exposta. Não só por ser um aluno do curso, mas como uma espécie de marcador. O que me questionei algumas vezes ainda sentada, ouvindo repetidas vezes aquela história, é onde estava essa outra pessoa, envolvida, violentada e obscura atrás desses relatos, relatos que fazem parte da história dela. A sensação que me angustiou naquele momento foi perceber o processo de silenciamento dessas mulheres, e o quanto eles não eram inesperados, ao contrário, compreendidos e naturalizados. Ela não pode se expor. Dessa forma, a existência dela enquanto sujeito, estava conectada a essa

experiência, já não importa mais se o nome dela era Maria Antônia, se ela fazia arte ou geografia. As pessoas se questionam sobre o seu nome para dar identidade ao personagem de uma história. É como se o estigmaⁱⁱ (GOFFMAN, 1988) pudesse sobressair a um percurso de vida, se destacando de uma trajetória subjetiva.

Estamos sempre nos questionando sobre a gravidade das acusações e estigmas que podemos gerar sobre os agressores, mas e esse estigma naturalizado do silêncio? É importante ressaltar que todos esses meus questionamentos recaiam sobre a descrição de uma história, não sobre um fato. E aquela história seria narrada para muitas de nós estudantes por meio de uma carta no dia 26/08/14 naquele mesmo espaço no qual tive o meu primeiro contato com o tema. Em uma reunião de última hora.

O convite da reunião foi feito no espaço do Centro Acadêmico como de corriqueiro de outras pautas, a proposta tinha sido levantada por um grupo de amigas da estudante que sofreu agressão. Como os convites são sempre localizados, imaginei que aquele encontro se daria em um número pequeno de alunas. Mas não, a reunião contou com um contingente de 50 alunas em média, organizadas em um ambiente quase insalubre. Acompanhado pelo clima seco de Brasília, o CASO estava de portas fechadas, com mulheres amontoadas de várias formas, compondo aquele espaço de uma forma um tanto quanto orgânica e esteticamente específica. As conversas paralelas eram muitas e os pedidos de silêncio constantes, mas um momento irrompe o rumo daquela euforia. A apresentação de uma personagem que ali compartilhava sua história pra outras várias desconhecidas.

A princípio algumas acreditavam que aquele momento seria uma apresentação de denúncia, postura muito comum no nosso curso e nessas reuniões. Em meio a tanta agitação o silêncio tomou conta e a carta foi aberta e lida em voz alta em meio a um grupo de mulheres, com trajetórias muito diferentes de vida e percurso acadêmico. Durante a leitura, vários foram os comportamentos, reações e gestos de emoção entre as estudantes. Ao ouvir uma descrição que elucidava muitos aspectos daquilo que se sentiu, mas que chamou atenção pela contínua narrativa de uma dificuldade ainda latente de compreender o que havia acontecido e mais do que isso, de significar aquela experiência enquanto um ato de violência. O relato se diferenciava exatamente pela forma como a emoção era ali descrita e pela forma que cada linha do que foi ali compartilhado mobilizava uma série de emoções e um processo de empatia.

A descrição da carta não vai ser feita aqui por conta do meu primeiro desafio metodológico. Muito antes de estar ali como pesquisadora, eu estava naquele espaço como qualquer uma daquelas 50 mulheres, envolvida e afetada para além de uma reação impensada, mas por um processo intenso de reconhecimento de iguais. Então o que apresento aqui é a descrição do efeito do campo sobre mim enquanto escutava aquela carta. A história não era incomum. Ela estava em uma mesa de bar, lugar constantemente frequentado por estudantes universitários, para confraternização e convívio universitário em Brasília. Enquanto ela estava sentada em uma mesa de bar com suas amigas, em meio a inúmeras distrações, visualizou de longe esse “cara”, achou interessante, mas não fez nenhuma aproximação ou investida em relação à ele, continuou ali, entretida em meio as conversas e copos de cerveja. Embora esse olhar tenha acontecido, aquele acontecimento havia sido secundário. Já no final do dia, ela se despede das pessoas da mesa e caminha para o ponto de ônibus. Ainda saindo do bar, um estudante, por acaso, o mesmo com o qual havia trocado olhares se oferece de forma gentil para acompanhá-la.

Ela estava alcoolizada, razão pela qual havia decidido ir embora também. Ao chegar no ponto ainda zozna, sentou-se. Ele logo se sentou ao lado dela e a insinuar seu interesse, dessa forma ele começou a fazer pequenas carícias na perna dela, nesse momento, ela compreendeu o que estava acontecendo, mas não reagiu até o momento no qual ele tentou beijá-la, nesse momento ela recusou abertamente a investida. Ele não aceitou essa primeira recusa e as percepções dela ficaram cada vez mais confusas, foi quando ele tomou sua mão e começou a se masturbar enquanto pronunciava para ela “eu sei que você quer”, enquanto ela não conseguia oferecer resistência. Entre flashes de memória, ela foi abusada ali mesmo, na parada de ônibus. Ele a encostou contra a estrutura do ponto, colocou o preservativo, levantou o vestido dela e segurando-a pelos braços, com ela ainda sem forças para resistir, e praticou ato sexual sem consentimento com ela, ou estupro, abuso sexual. Quando acabou, com a mesma indiferença, retirou a camisinha, virou as costas e foi embora.

Naquela sala, algo muito intenso acontecia. Algumas mulheres choravam, outros ouviam apenas com o rosto baixo, algumas seguravam a mão de amigas e acalmavam aquelas que tão próximas de toda essa história, liam a carta com muita emoção. Não demorou muito para que em meio a muitas falas, conseguíssemos organizar aquele espaço. Em meio revolta, indignação e as mais diversas reações. Podemos compartilhar experiências anseios e possibilidades. O mais interessante para além da construção de uma pautaⁱⁱⁱ foi o alarmante número de depoimentos que surgiram naquele espaço. Foram tantos, que aos poucos foi possível perceber que não se

tratava de um caso isolado e sim de um contínuo de acontecimentos comuns à sociabilidade de tantas mulheres. Não havia ali naquele espaço, recortes claros de raça e classe, a única evidência comum entre nós era o fato de sermos mulheres e a experiência de violência no cotidiano de tantas. Cada relato foi ouvido atentamente e muitas encontraram naquele espaço a possibilidade de compartilhamento, de algumas experiências inclusive que diziam não entender. Algumas daquelas histórias estavam sendo contadas enquanto um ato de violência pela primeira vez, como processos de uma percepção obviada naquele momento. O que ficou claro, para além de tanto afeto e compartilhamento, é o esboço de uma limitação sobre o que fazer a partir dessas experiências. Desse primeiro encontro foi possível compreender uma série de ânsias e inseguranças. Mas o meu principal incômodo começava ali: eu não estava lá como pesquisadora, e pensar como tal era outra agressão aquele espaço.

3. Construção de Fatos e a Justiça Institucional

Foi depois dessa experiência e de uma conversa séria, que passei dos relatos e trajetórias, pra uma compreensão mais ampla e transversal sobre concepção de justiça e formação de demandas e pautas em grupos auto-organizados de estudantes. Mais especificamente, do coletivo que surge na Universidade de Brasília, com o qual eu me envolvi pessoal e politicamente, o Coletivo Afetadas.

Após o primeiro convite, as reuniões se estenderam a mais convites para construção de encaminhamentos e pautas, mulheres de outro curso se envolveram e a discussão ganhou força. No desenvolver dessas reuniões, entretanto, os conflitos de percepção de ação foram aos poucos surgindo e se intensificando. Alguns discursos eram voltados para uma justiça de vingança imediata, sem mediações institucionais. Outros em oposição pensavam na necessidade de uma pressão institucional por um posicionamento, dentro desse grupo começou-se a articular laços com professoras que se envolveram em construção de pautas e elaboração de perspectivas. O grupo após alguns encontros acabou por ter participações cada vez menores, mas as discussões permaneciam, a discussão ganhou força na Universidade. Após algumas ações, mais limitações foram de apresentando e o encontro convergente de narrativas foi se tornando mais difícil e dando espaço a distanciamentos.

A justiça que estávamos demandando tinha uma história. E uma das coisas que desarticulou fortemente o grupo foi à pressão desses conflitos políticos de percepção de ações políticas e a forma como as limitações pragmáticas para um encaminhamento institucional indicavam uma inação e omissão da universidade sobre o assunto.

Uma parcela do grupo, acaba por se articular com um conjunto de professoras do departamento que se mobilizam, dispostas a pensar em ações de prevenção e difusão do assunto na Universidade. Nas primeiras reuniões foram recorrentes as vezes que as alunas eram lembradas sobre a limitação do envolvimento das professoras em algumas práticas e a importância da continuidade do grupo de alunas, pautando ações extras institucionais. O coletivo se diferenciava claramente em pauta, propondo uma discussão institucional sobre o assunto, pensando o acolhimento e referência do tema dentro daquele âmbito. Nas reuniões entre alunas as ações pensadas eram voltadas pra criação de uma rede de apoio entre mulheres, então na pauta havia a oferta de aulas de autodefesa, a organização de grupos de apoio de minas que estariam presentes em festas fazendo o apoio a calouras e outras alunas, a própria reflexão das formas de socialização dentro da universidade, além de ações pontuais e direcionadas sobre os casos denunciados em reuniões. O espaço ali, não era exatamente de uma reflexão apenas pragmática, existia a tentativa ali da construção de laços de apoio e compartilhamento entre mulheres.

A proposta aqui não é projetar uma biografia do grupo, mas pensar a partir dele em uma série de casos e organização de grupos de mulheres universitárias e como eles vem elaborando uma visibilidade para o assunto, exatamente por sair do silenciamento. Muitos desses grupos ganham por meio de pressão espaço em demandas jurídicas e institucionais para resolução desses conflitos. Além desse aspecto muitos grupos tornam-se importantes lócus de criação de identidades e acesso a discussões de gênero para alunas, seja por meio da participação efetiva ou pelos ecos de discussão na universidade.

4. Pautas e Ação Coletiva

Para compreender as especificidades dessas construções de pauta é latente a reflexão mais ampla da construção grupos auto-organizados dentro do espaço acadêmico. A partir das experiências do Coletivo Afetadas e da reflexão de outros casos que vem ganhando visibilidade nas mídias e redes sociais, é possível apreender esses processos e percepções sobre experiências compartilhadas de violência de gênero a partir de debates e ações coletivas.

Há alguns anos a articulação de grupos de mulheres vem ganhando força nos espaços acadêmicos, não apenas no discurso teórico, mas concomitante a esse processo político do contexto universitário. Sendo assim esse espaço tem também grande influência sobre a construção de identidades e a percepção desse espaço enquanto espaço de luta e construção de pautas políticas e individuais de experiência subjetiva.

É corriqueiro que a participação em movimentos estudantis incentive uma militância mais ativa e por sua vez uma luta constante por direitos. É claro que essas discussões têm um recorte de repensar a universidade enquanto espaço e que algumas de suas lutas são localizadas e com pautas específicas. Mas é comum que essa reflexão tenha relação direta e expansiva com o pensar de uma sociedade diferente. Mas o que é mais importante perceber aqui é que independente das pautas ou discursos por ali elaborados, o movimento estudantil não se faz por uma pessoa, ele é sempre uma luta coletiva por pautas e construções de demanda. Nesse processo torna-se latente compreender a necessidade de organização de grupos e espaços.

Não é difícil imaginar que na intensidade de trocas e projetos diferenciados a construção dessas pautas e lutas não é projeto sincrônico. Essa experiência é sempre recortada por uma série de atritos mais ou menos divergentes, dessa forma, é preciso alcançar nesses encontros um processo mais ou menos sintético de pautas convergentes. Característica que indica uma das dificuldades mais comuns nesses espaços: pensar na representatividade em contraposição com a recorrente intenção de espaços inclusivos de debate.

O grupo de estudantes do curso tinha em suas experiências de encontro uma série de formatações de pautas voltadas para o que elas chamavam da construção de uma rede de apoio, então para além das ações de denúncias e oposição clara aos atos de violência a proposta ali era pensar em formas de organização que promovessem uma auto-segurança ou empoderamento prático para as mulheres por meio de uma espécie de solidariedade entre mulheres, ou sororidade^{iv}. As ações eram pensadas a partir das próprias experiências de outros grupos, intervenções, rodas de debate e fortalecimento de uma identidade de oposição e enfrentamento.

Quando o grupo de aproxima, entretanto da experiência mais institucional, uma das coisas que recorrentemente me lembro de ouvir nas reuniões é que “tem alguns espaços e ações que são apenas das estudantes”, com exceção de uma ou duas professoras mais animadas que estavam sempre dispostas e tornar essa distância sempre mais fluida. Mas de todo modo, a experiência do coletivo se desenvolve de forma mais sólida a partir desse diálogo com o Instituto de Ciências Sociais, sendo assim até os dias de hoje. Existem claros limitantes e tensões provenientes dessa relação, mas também é preciso reconhecer os alcances que são muito importantes para visibilidade e conquista de espaços de diálogo e ações com dimensões mais amplas.

Essas duas perspectivas se distanciam porque quando falamos de fatos nesses dois casos as formas pelas quais eles são percebidos se diferenciam. Enquanto nos movimentos a prática e experiência são aspectos suficientes para construção de fatos e pautas de luta, no âmbito institucional ainda é arraigada uma perspectiva jurídica de justiça onde a forma de gerenciar esses conflitos não é reativa, mais hierárquica e sistemática. Sendo assim enquanto uma prática pretende exatamente a compreensão e o compartilhamento e a postura de resistência e resposta, como intervenção prática direta mesmo que pontual, no caso do grupo das estudantes, o Coletivo se apresenta mais enquanto uma análise ampla e aplicação de ações duradouras e permanentes, o que torna essa postura mais lenta, mais efetiva em longo prazo e independente da permanência dos atores iniciais. E esse ponto é crucial, enquanto a proposta do movimento é pensar no afeto e a importância de se construir ações, muitas vezes essas lutas estão exatamente em oposição às estruturas civis e morais que fazem parte de uma prática institucional. Onde essa discussão reside sobre a expectativa de um sistema de normatividades abstratas em relação à sua efetividade no diálogo com algumas demandas práticas de direitos. Então como é possível pensar em uma prática do Coletivo tão íntimo ao institucional e esse espaço de reatividade à sua própria moralidade institucional?

5. O Espaço Universitário e a Criação de Identidades

Retomando o relato e as experiências de violência de gênero na Universidade que surgiram nas primeiras reuniões é preciso compreender que a experiência compartilhada do sentir-se culpada é verdadeiramente importante para compreender o efeito dessas mobilizações e organizações como pretendo evidenciar a seguir. A partir das rodas de conversa com as estudantes da UnB um caso recorrente me chamou atenção principalmente nas primeiras reuniões. Não era incomum entre relatos e discussões de pautas, que ouvíssemos narrativas de pessoas que a partir daqueles diálogos percebessem experiências que tinham vivido ou presenciado previamente enquanto abuso ou estupro. Distante do fato de que aquelas pessoas desconheciam as categorias estupro ou abuso sexual, o que se destacava nessas reuniões e discussões que estavam sendo realizadas era um processo construtivo de uma percepção compartilhada de violência, que surge em meio a relatos.

Consequentemente esses espaços de troca e interlocução funcionavam ali também como ferramenta para "... valorizar negativamente um ato de agressão; como forma de instituir uma mudança na dimensão moral da violência que altera radicalmente o sentido da sua experiência

física” (SIMIÃO, 2006). Ou seja, antes mesmo do abuso sexual ser pensado como uma ação intencional punível, ela precisa ser compreendida e compartilhada como violência não justificável e como violação de um direito. Ou seja, a própria percepção de uma identidade formada a partir dessa experiência comum resultava em um processo de reelaboração de experiências individuais subjetivas e por sua vez dos fatos vivenciados.

O campus universitário e os debates de gêneros elaborados e formações de viés político nesse espaço promovem por assim dizer lugares também de autoconhecimento, onde a experiência com os debates e discussões sobre violência são também parte de uma formação identitária para além e aquém daqueles espaços. Essas propagação e difusão de perspectivas sobre fatos que representam de alguma forma experiências de violência que englobam um “... universo discursivo onde normas, projetos e concepções de mundo são publicizadas e estão sujeitas a debate público” (OLIVEIRA, 2008).

6. Da Experiência Individual ao Compartilhamento

Toda essa percepção institucional e sobre identidades e a participação política por meio de algumas trajetórias, refletem a proposta de se pensar o que observei enquanto aspecto importante da experiência política desses grupos na construção de fatos e percepção de direitos – o compartilhamento - categoria que consegue abranger essa vivências de uma forma coerente e transversal.

O ponto é pensar que a individualidade se apresentou nesses diálogos como um sistema de leis e normas abstratas que constroem a violência enquanto violação de um sistema, mas também como parte constituinte de uma normatividade e quando pensamos no compartilhamento estamos diretamente falando sobre um processo construtivo da percepção de direitos. Dessa forma, enquanto o sistema jurídico propõe pensar a apuração da verdade dos fatos, uma série de articulações de coletivos, movimentos sociais e práticas políticas se pretendem a reelaboração de um sistema afetivo que reconstrói essas narrativas e experiências redirecionando demandas e expectativa de comportamentos.

A categoria de compartilhamento é latente aqui porque explica exatamente o processo pelo qual a relação entre direitos, identidades e afetos que podemos pensar o processo construtivo dessas concepções e práticas desviantes que gerando ruídos, resultam em pequenos processos

de tautologia moral de questionamento. Onde o silêncio e isolamento passa então a ser compreendido não como segurança, garantida pelo sigilo, mas como reforço positivo e manutenção de um sistema previamente colocado, por garantir a continuidade e (re)produtividade do silenciamento da mulher e da não identificação de continuidades em casos de abuso sexual ou assédio. Esse sistema funciona como uma engrenagem onde cada narrativa isolada funciona enquanto a criação de um mito que vem para reiterar o lugar social da autopreservação e do isolamento desses acontecimentos, em oposição a uma percepção clara da persistência de violações de direitos garantidos.

7. Conclusão

No presente trabalho não pretendo de nenhuma forma esgotar a discussão sobre o assunto do abuso sexual no contexto universitário, apenas encerro aqui um primeiro momento da minha permanência nesse contexto enquanto estudante da graduação, com uma reflexão que pretende questionar a trajetória de elaboração e a forma como as identidades e lutas políticas na universidade muitas vezes parecem secundárias, mas na verdade operam por meio de um protagonismo muito sensível a formulação de percepções sobre direitos e um processo construtivo de discussões que fundamentam projetos e reelaborações de sistemas afetivos de uma sociedade.

Quando partimos de uma compreensão do indivíduo e suas operações simbólicas pra compreender um processo que por meio do coletivo reelabora trajetórias isoladas, é possível pensar em sistemas e estruturas, sem perder de vista práticas expressivas que constroem essas experiências e fatos. Isso resulta em reflexões sobre a importância do envolvimento político, construção de pautas e identidades dentro do âmbito acadêmico, porque quando falamos nesse espaço, falamos de projetos de sociedade. Mas principalmente quando falamos da quebra do silêncio, compartilhamento e redes de apoio, falamos de afeto e de aspectos afetivos e reativos, falamos de articulações e de transformações em espaços micro, mas falamos sobre o eco do questionamento nesses pequenos grupos.

O que podemos observar nesse sentido é um número crescente de casos ganhando espaço nos diálogos públicos, uma série de direitos garantidos em textos jurídicos, mas uma vivência que aponta pra aparente distância entre a mão e o gesto. Recentemente vários movimentos na internet ganharam força e nos mostram que os casos nas universidades não nos falam de uma realidade localizada, mas em um reflexo de uma cultura sólida de impunidade e silêncio.

O afeto e o compartilhamento aparecem aqui enquanto protagonistas de uma forma de resistências e reatividades compartilhadas. E essa prática, que abordo nesse trabalho, ainda tão localizada em poucos grupos universitários vem sendo reaplicada constantemente em redes sociais com projetos como o “Vamos Juntas?”, o “Chega de Fiu Fiu”, além de tantos outros projetos e coletivos e ambos residem em uma mesma reflexão, é preciso quebrar a corrente do silêncio, fazer escândalos. Afetar-nos e afetar o mundo.

Não obstante, essas experiências apontam na direção da experiência do Coletivo Afetadas, grupo que monta a trajetória dessa pesquisa, assim como a vivência de outros coletivos universitários, e tantas redes e conversas que fundamentam essa pesquisa. É a partir do compartilhamento que se torna possível construímos uma série de rompimentos com a subnotificação, com a omissão institucional, com o medo da burocracia e com a garantia do silêncio. São essas as práticas que constroem novos fatos e apuram a verdade sobre os afetos.

Bibliografia

BUTLER, Judith. Butler e a Desconstrução de Gênero: Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Revista Estudos Feministas: Editora Civilização Brasileira, v. 13, 2005.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe Violência sem Agressão Moral? Alemanha: RCBS, v. 23, n. 67, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Honra, Dignidade e Reciprocidade. A Nova Ordem Social: perspectivas de solidariedade contemporânea. 2004

GOFFMAN, Erving. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 2. ed. Rio De Janeiro: Editora LTC, 1988. p. 13-15.

JASPER, James. The Emotions of Protest: Affective and Reactive Emotions in and around Social Movements. Sociological Forum. Vol. 13. No 3. 397-424. 1998.

SCHER, Monique. Are Emotions a Kind of Practice: (And is that what makes them have a history)? A Bourdieuan Approach to Understanding Emotion. In: History and Theory, 51 (2), 193-220. 2012.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. Representando Corpo e Violência. A Invenção da “violência doméstica” em Timor Leste. RBCS Vol 21 nº61. 2006.

WAGNER, Roy. A Invenção da Cultura. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2012. p. 116-125.

ⁱ A gravidade aqui é imputada não a violação, mas sim ao estigma de agressor. Esse indivíduo não pode ser acusado sem ter um *fato* que justifique essa denúncia.

ⁱⁱ Estigma aparece aqui no sentido da dupla perspectiva do estigmatizado, onde ele tem uma característica distintiva que pode ser conhecida ou imediatamente evidente ou o desconhecimento e não identificação. Sendo assim, ele distingue essas experiências em duas condições o desacreditado ou desacreditável. Sendo assim o estigma um signo de juízo moral sobre essa experiência que define uma identidade aos personagens por meio de uma dicotomia.

ⁱⁱⁱ A categoria de pauta no presente trabalho é compreendida enquanto uma série de processos sempre inacabados de reflexão e ações políticas e pode ser compreendido de formas multifacetadas por uma escolha intencional que fundamenta a característica construtiva dessas experiências.

^{iv} 10 A palavra “sororidade” tem origem do latim, sororis (“irmã”) e *idad*, e diz respeito a um pacto entre mulheres que são reconhecidas entre si como “irmãs”, em uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo. (FONTE: <http://webjornalunesp.com/2015/06/17/um-olhar-critico-a-respeito-da-sororidade-dentro-do-feminismo/>)